



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO DO ESPORTE			
EVENTO: Reunião Ordinária e Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0431/15	DATA: 29/04/2015	
LOCAL: Plenário 4 das Comissões	INÍCIO: 14h38min	TÉRMINO: 16h42min	PÁGINAS: 48

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
MARCO AURELIO KLEIN - Secretário Nacional da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem — ABCD, do Ministério do Esporte. AILTON ALFREDO DE SOUZA - Juiz de Direito na Comarca da cidade de Recife, Pernambuco. ANDRÉ SILVA AZEVEDO - Presidente da Associação Nacional das Torcidas Organizadas — ANATORG.

SUMÁRIO
Apreciação da matéria constante da pauta e audiência pública para o debate sobre a violência nos estádios brasileiros.

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Boa tarde a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da Comissão do Esporte.

Tendo em vista que os trabalhos da reunião deliberativa ordinária realizada em 15 de abril e da reunião de audiência pública realizada em 28 de abril foram gravados e seus registros constarão dos Anais da Comissão, consulto o Plenário sobre a possibilidade da dispensa da leitura das respectivas atas.

**O SR. DEPUTADO VALADARES FILHO** - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Tendo sido solicitada a dispensa da leitura das atas, em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem as queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.  
*(Pausa.)*

Aprovadas.

Tendo sido discutidas e votadas as atas, conforme determinam os arts. 50 e 63 do Regimento Interno, passamos agora ao expediente.

Informo que a Secretaria da Comissão recebeu as justificativas de ausência: do Deputado Roberto Góes, referente às reuniões dos dias 18 e 25 de março, 7 e 15 de abril; do Deputado Marcelo Aro, referente à reunião do dia 8 de abril; do Deputado Pedro Fernandes, referente à reunião do dia 15 de abril.

Ordem do dia.

Requerimentos.

Item 1. Requerimento nº 27, de 2015, do Sr. Valadares Filho, que requer *“realização de reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável”*.

Com a palavra o autor, Deputado Valadares Filho, para encaminhar o requerimento.

**O SR. DEPUTADO VALADARES FILHO** - Sr. Presidente, apresentei esse requerimento de realização de audiência pública conjunta com a Comissão do Meio Ambiente — e sugiro que se junte a nós a Comissão de Turismo, que ontem



apreciou requerimento com teor muito parecido com o deste que estou apresentando no dia de hoje —, para que possamos discutir a situação da Baía de Guanabara.

Alguns atletas já fizeram diversas reclamações, publicamente, em relação à poluição da Baía de Guanabara. E nessa audiência pública vamos discutir como andam as questões relacionadas à despoluição da Baía de Guanabara.

Isso é de suma importância não só para a questão ambiental e turística do Rio de Janeiro, mas também em relação às Olimpíadas, que ocorrerão no próximo ano. É de fundamental importância que possamos discutir nesta Comissão, em conjunto com as outras citadas, esse tema tão importante e tão abordado da preocupação dos atletas. Vimos na imprensa e nas redes sociais muitos atletas reclamando porque nos treinos têm verificado problemas relacionados à poluição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Em discussão o requerimento do Deputado Valadares Filho.

Alguém mais quer discuti-lo? (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

E teremos a inclusão da Comissão de Turismo nessa audiência pública, Deputado. O pedido de V.Exa. será atendido.

Item 2. Requerimento nº 28, de 2015, do Sr. João Derly, que *“requer a realização de audiência pública com o Sr. Marcus Vinicius Freire, Superintendente Executivo de Esportes do Comitê Olímpico Brasileiro, para debater a participação da delegação brasileira nos XVII Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos de Toronto 2015”*.

Com a palavra o autor do requerimento, Deputado João Derly.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - Sr. Presidente, não é preciso comentar muito o assunto, mas apenas destacar a importância de acompanharmos nossos atletas, saber como está a preparação deles e como vamos nos portar durante os Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos.



Convido os colegas para votar a favor, a fim de termos uma explanação e sabermos um pouco mais da preparação dos nossos atletas.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Em discussão o requerimento.

Alguém mais deseja debater o requerimento do nobre Deputado João Derly?  
(Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Item 3. Requerimento nº 29, de 2015, do Sr. Rubens Bueno, que *“requer sejam prestadas homenagens aos 21 anos da morte do tricampeão de Fórmula 1 Ayrton Senna da Silva”*.

**O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS** - Sr. Presidente, eu quero subscrever o requerimento do Deputado Rubens Bueno, visto que ele não se encontra aqui. Eu acho mais do que justo e plausível que nós façamos uma homenagem a esse grande campeão mundial, Ayrton Senna, que muitas alegrias trouxe ao País, mostrando ao mundo a capacidade do esporte brasileiro através do automobilismo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Muito bem, Deputado Jhonatan de Jesus.

Eu também gostaria de subscrever esse requerimento.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO** - Sr. Presidente, eu também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Deputado Fernando Monteiro.

**O SR. DEPUTADO FABIO REIS** - Eu gostaria também de subscrever o requerimento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Deputado Fabio Reis.

Mais algum Deputado deseja subscrever o requerimento?

Deputado Alexandre.



**O SR. DEPUTADO VALADARES FILHO** - Sr. Presidente, eu também gostaria de subscrever o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Eu acho mais do que justo que esta Casa renda essa homenagem a Ayrton Senna.

**O SR. DEPUTADO ADELSON BARRETO** - Sr. Presidente, o Deputado Adelson Barreto também deseja subscrever o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - A Comissão do Esporte toda. Queremos render essa homenagem a essa figura. Então todos nós renderemos essa homenagem ao grande Ayrton Senna. Esta Casa realmente tem que fazer justiça, todos os anos, a essa figura que muita alegria trouxe para o povo brasileiro.

Item 4. Requerimento nº 30, de 2015, do Sr. Fernando Monteiro, que *“requer a participação dos Parlamentares nas diligências (eventos-teste) para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016”*.

Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Fernando Monteiro.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO** - Sr. Presidente, para ser coerente com a visita que nós fizemos há 15 dias ao Rio de Janeiro, eu acho importante a Comissão acompanhar os eventos-teste que vão ser realizados, inclusive para ver como anda a mobilidade urbana, como andam os hotéis, como vão ficar as arenas e se elas estarão, no prazo certo, prontas.

Por isso, acho de fundamental importância, seguindo a coerência com o anterior, nós votarmos pela aprovação desse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Em discussão o requerimento do Deputado Fernando Monteiro.

Alguém mais deseja discuti-lo? *(Pausa.)*

Encerradas as discussões, passaremos ao processo de votação.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
*(Pausa.)*

Aprovado.



Item 5. Requerimento nº 31, de 2015, do Sr. Fernando Monteiro, que “*requer a realização de audiência pública para debater sobre o legado esportivo dos Jogos Olímpicos*”.

Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Fernando Monteiro.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO** - Sr. Presidente, na visita que nós fizemos ao Rio de Janeiro esse assunto foi o mais grave. Quem vai tomar conta do legado esportivo depois das Olimpíadas? Será o Estado, o Município, o Governo Federal ou o Comitê Olímpico?

O requerimento é para que se convidem todos eles para debater qual vai ser a solução para o período pós-Olimpíada. O Comitê Olímpico Internacional sempre diz que o mais importante das Olimpíadas é o legado. Quem vai tomar conta do legado?

Por isso eu fiz esse requerimento. Eu acho de fundamental importância aprová-lo e, inclusive, Sr. Presidente, marcar logo a audiência, porque nós estamos a 1 ano e meio dos jogos ou a 1 ano dos jogos. Esse requerimento precisa ser discutido agora para que, quando acabarem os jogos, haja quem tome conta do legado das Olimpíadas, para não ficarmos feito a Grécia, com um bocado de elefantes brancos sem função. Por isso, solicito o apoio dos colegas para a aprovação do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Alguém mais deseja discutir o requerimento do nobre Deputado Fernando Monteiro?

**O SR. DEPUTADO VALADARES FILHO** - Sr. Presidente, eu só queria parabenizar o nobre Deputado Fernando Monteiro pela bela iniciativa. Uma das grandes questões que temos que debater nesta Comissão é o verdadeiro legado que ficará depois das Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro, o grande legado que teremos não só na infraestrutura esportiva, mas também para a revelação de atletas, para tudo o que envolve o desporto brasileiro. Parabéns ao nobre Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Eu gostaria, com a aquiescência do nobre do Deputado Fernando Monteiro, de subscrever também esse requerimento.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - Sr. Presidente, eu também gostaria de subscrevê-lo.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - O Deputado João Derly também deseja subscrever o requerimento.

Eu gostaria de subscrever esse requerimento tendo em vista a importância desses equipamentos para o País. Uma das preocupações do Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, que pudemos perceber foi justamente esta: como ficará o legado das Olimpíadas após a realização do evento? Então, é importante nós fazermos essa discussão.

Esta Casa e esta Comissão têm o papel fundamental de dar destino a esses equipamentos para que não se transformem em elefantes brancos, como disse V.Exa., até porque naqueles equipamentos foi investido muito dinheiro, e eles não podem ficar deteriorando com o tempo. Esta Comissão realmente tem que fazer essa discussão.

Então eu gostaria de subscrever o requerimento e participar efetivamente dessa discussão, dessa audiência pública.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO** - Sr. Presidente, para mim é um honra V.Exa., todos os colegas subscreverem o meu requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Em discussão.

Alguém mais deseja discutir? (*Pausa.*)

O Deputado Jhonatan de Jesus está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS** - Sr. Presidente, eu acho que o requerimento do colega Deputado Fernando Monteiro é de muita valia para que esta Comissão possa tirar algum proveito.

Nós começamos a analisar o legado da Copa do Mundo. Vi recentemente, nos jornais aqui de Brasília, que uma empresa começa a negociar com alguns times a vinda para jogarem as três primeiras partidas do Campeonato Brasileiro aqui em Brasília.

Se não for por essas propostas feitas pelas empresas, um estádio como o de Brasília pode ficar o ano inteiro sem um grande evento, a não ser que daqui a um tempo seja aberto para *shows* e se perca o propósito de incentivar o esporte brasileiro.



Então eu acho que o colega Fernando Monteiro está de parabéns por esse requerimento, para que nós façamos uma grande audiência e possamos ver o crescimento que o legado das Olimpíadas pode deixar para o povo brasileiro.

**O SR. DEPUTADO TENENTE LÚCIO** - Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Em discussão ainda o requerimento.

V.Exa. está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO TENENTE LÚCIO** - Sou o Deputado Tenente Lúcio, do PSB de Minas Gerais.

Gostaria, Deputado Fernando Monteiro, de cumprimentar V.Exa. por sua preocupação com o antes, o durante e o pós-Olimpíadas. Eu sou também um apaixonado pelo esporte. No meu Estado, Minas Gerais, eu fui Secretário de Esportes em dois mandatos, na minha cidade de Uberlândia, no Triângulo Mineiro.

Quando nós nos preocupamos com o esporte, com os atletas, conseqüentemente, vamos conseguir uma educação para jovens, idosos — o esporte independe da idade. Nós vamos influenciar muito também o turismo, a educação. Tudo isso é muito importante.

Se V.Exa. permitir, eu gostaria muito de subscrever também esse requerimento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Deputado Tenente Lúcio.

Alguém mais deseja discutir o requerimento?

**O SR. DEPUTADO VALADARES FILHO** - Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - O Deputado Valadares Filho está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO VALADARES FILHO** - Sr. Presidente, de forma bem objetiva, eu também queria, com a permissão do Deputado Fernando, subscrever o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - O.k.

Mais alguém deseja discutir o requerimento do nobre Deputado Fernando Monteiro? (*Pausa.*)



Não havendo quem queira discutir o requerimento, vou submetê-lo a votos.

Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Parabéns, Deputado!

**O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Vamos passar às proposições sujeitas à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Item 6. Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 2011, do Sr. Augusto Coutinho, que *“propõe que a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados execute uma fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no Ministério do Esporte, sobre o Programa Segundo Tempo e outros convênios firmados pela referida Pasta”*. (Apensado: PFC 73/2012).

Relator: Deputado Jhonatan De Jesus.

Com a palavra o nobre Relator.

**O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS** - Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Exa. e aos colegas que eu pudesse ir diretamente ao que é competência desta Comissão, para dar prosseguimento.

“Competência desta Comissão. O artigo 32, no seu inciso XXII e no parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ampara a competência desta Comissão neste assunto, pois determina que constitui sua atribuição o *‘sistema desportivo nacional e sua organização; política e plano nacional de educação física e desportiva; e normas gerais sobre desporto; justiça desportiva’* e, ainda, no parágrafo único do citado artigo *‘Os campos temáticos ou áreas de atividades de cada Comissão Permanente abrangem ainda os órgãos e programas governamentais com eles relacionados e respectivo acompanhamento e fiscalização orçamentária.*

Da oportunidade e conveniência.

Em que pesem os fatos alegados, este Relator não considera oportuna e conveniente a implementação da PFC nº 2, de 2011, e da PFC nº 73, de 2012, apensa, nas quais os autores apontam irregularidades referentes à aplicação de recursos federais do Programa Segundo Tempo, executado pelo Ministério do



Esporte. Esse posicionamento fundamenta-se no fato de essa Pasta e o próprio Programa Segundo Tempo serem objeto de investigações e inspeções levadas a termo pela CGU, pelo MPF e pelo TCU. Além disso, já existe inquérito da Polícia Federal nesse sentido, como demonstrado no Relatório Prévio Vencedor, apresentado pelo Deputado Osmar Júnior, acerca da PFC nº 1, de 2011, de idêntico teor à PFC nº 2, de 2011, votado na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, que concluiu pelo seu arquivamento.

Registra-se, ainda, que os convênios celebrados no âmbito do Programa Segundo Tempo encontram-se sob auditoria conduzida pelo TCU, por meio do processo TC-012.710/2011-3. Todavia, o conteúdo dos referidos autos possui caráter sigiloso, não podendo, portanto, constar do presente relatório.

Cumprе ressaltar, também, a existência de uma Representação de 2011 apresentada pelo Deputado Federal Antônio Carlos Magalhães Neto, que igualmente noticiava possíveis irregularidades na execução do Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, e requeria a realização de auditoria e inspeções no mencionado programa (Processo TC-004.886/2011-9), que culminou com seu apensamento ao processo de fiscalização TC-012.710/2011-3, supramencionado, nos termos do AC-0889-11/11-Plenário.

Posto isso, evidencia-se que a possível remessa das presentes PFCs ao TCU supostamente terá o mesmo destino, ou seja, o apensamento ao processo de fiscalização que já se encontra em andamento naquela Corte de contas, motivo pelo qual entendo desnecessária tal medida.

No que se refere especificamente à Operação Shaolin, citada na PFC nº 73, de 2012, vale aduzir que o Inquérito Policial nº 761/DF, inicialmente remetido pelo Ministério Público Federal ao Superior Tribunal de Justiça (Processo nº 2011/0251638-5), foi encaminhado em 16 de março de 2015, por determinação dessa Corte, à Justiça Federal, para a Primeira Instância Distrito Federal.

Dessa forma, entendo não haver necessidade de investigação por esta Comissão e proponho o arquivamento da PFC nº 1, de 2011 e da PFC nº 73, de 2012, apenas.

Voto.



Pelas razões expostas, ante a existência de providências já adotadas pelos órgãos competentes acerca das irregularidades apontadas, este Relator vota pela não implementação da PFC nº 2, de 2011, proposta pelo Deputado Augusto Coutinho, e da PFC nº 73, de 2012, proposta pelo Deputado Izalci.

Sala das Sessões. Deputado Jhonatan de Jesus, Relator.”

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Em discussão a matéria.

Com a palavra o Deputado Andres Sanchez.

**O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ** - Primeiro quero parabenizar todos os Deputados pelos requerimentos aprovados, que realmente são interessantes, diferentemente desse caso. Quero dar parabéns ao Relator porque realmente foi a fundo. Todos os órgãos deste País já estão investigando esse caso. Nós seríamos mais um que, 4 anos depois... Já não temos nem como fazer, em muitos casos, porque, como o Relator disse, há o sigilo. Acho que não podemos perder tempo com isso. Pedi a palavra para dar os parabéns ao Relator, que realmente foi fundo em tudo e viu tudo corretamente. Parabéns!

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Em discussão a matéria. Algum Deputado deseja discuti-la?

**O SR. DEPUTADO TENENTE LÚCIO** - Da mesma forma, Presidente, gostaria de parabenizar o Relator e dizer que tudo já está sendo investigado. Nós seríamos apenas mais um a investigar. Eu não gostaria aqui de passar em branco. Eu, particularmente, tenho confiança no nosso ex-Ministro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Mais algum Deputado deseja fazer uso da palavra para discutir a matéria?

Não havendo quem a queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 7. Projeto de Lei nº 8.175, de 2014, do Sr. Damião Feliciano, que *“dispõe sobre a criação do Fundo de Incentivo ao Esporte destinado a financiar projetos que objetivem exclusivamente promover o desenvolvimento da prática desportiva no País”*.



O Relator do projeto não está presente, razão pela qual esta Presidência o retira de pauta.

Há um requerimento aqui do Deputado Andres Sanchez. Quer o mesmo? Então eu o retiro de pauta.

**O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ** - Retiro o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Retirei de ofício o seu requerimento de pauta.

Convoco todos os membros para a audiência pública que será realizada logo a seguir para debater a violência nos estádios.

Esta audiência pública da Comissão do Esporte está sendo realizada em razão da aprovação do Requerimento nº 23, de 2015, de iniciativa do Deputado João Derly, e tem como objetivo debater a violência nos estádios.

Quero que os nobres amigos prestem atenção ao comunicado porque informo a todos que o Sr. Paulo Sérgio de Castilho, Promotor do Ministério Público do Estado de São Paulo, foi convidado para esta audiência pública, mas compromissos assumidos em virtude dos seus atuais encargos o impossibilitaram de comparecer, bem como de designar representante do órgão. Isso é ruim, pelo menos poderia ter encaminhado alguém para representá-lo.

**O SR. DEPUTADO TENENTE LÚCIO** - Bom seria vir ele mesmo, para termos um bom debate com ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Pois é.

Convido para conduzir os trabalhos desta audiência pública o Deputado João Derly, autor do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Derly) - Para dar início aos trabalhos, convido para se sentar à mesa o Sr. Ailton Alfredo de Souza, Juiz de Direito da Comarca de Recife. (*Palmas.*)

Convido o Sr. André Silva Azevedo, Presidente da Associação Nacional das Torcidas Organizadas do Brasil — ANATORG. (*Palmas.*)

Antes de passar às exposições, desejo informar as regras de condução dos trabalhos desta audiência pública. O convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá de 20 minutos para sua preleção, não podendo ser aparteado. Após as exposições, serão abertos os debates. Os Deputados interessados em interpelar os



palestrantes deverão inscrever-se previamente, sendo que poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos. Será permitida a réplica de qualquer participante que seja citado durante os debates.

Estamos promovendo este debate sobre a violência nos estádios porque todos nós sabemos que o futebol é uma paixão nacional. É difícil haver no nosso País alguém que não torça ou que não tenha um time no coração.

Há quase 30 anos, um fato envolvendo os *hooligans* foi marcante para o mundo e para a trajetória do futebol na Inglaterra, quando 39 pessoas foram mortas e outras 600 ficaram feridas num jogo na Bélgica.

Em nosso País, nos últimos 5 anos, houve 94 mortes relacionadas ao futebol, sendo que 17% desses casos são reincidentes.

Trata-se de um tema atual e importante. Em conversas de bastidor, eu já escutei algumas explicações sobre esse tema. O Dr. Ailton falava-me da importância de uma política que seja permanente e independente de eventos e de ocasiões do nosso cotidiano. Essa discussão é pertinente no nosso País, pois precisamos saber onde está o maior problema, onde podemos atuar e de que forma podemos iniciar ações em parceria com o poder público e o Judiciário.

Enfim, eu acho que este debate hoje vai ser muito enriquecedor e vai nos ajudar a entender como podemos atuar.

Os Deputados que quiserem participar do debate podem se inscrever com Alessandra.

Havia uma ordem de inscritos, mas o Dr. Marco Aurelio Klein pediu para iniciar o debate, porque está com viagem marcada. E se não me engano, ele também está indo ao Canadá no dia 11, para acreditação do nosso laboratório na Wada.

Portanto, passo a palavra ao Sr. Marco Aurelio Klein.

**O SR. MARCO AURELIO KLEIN** - Primeiro eu quero agradecer a oportunidade de estar novamente nesta Comissão. Por ser um profissional do esporte há mais de 20 anos, é sempre uma honra poder ser ouvido na Comissão do Esporte.

A minha vinda aqui hoje se dá por uma experiência muita rica, vivida em 2005 e em 2006, quando fui responsável pela implantação e pelos primeiros 2 anos de



mandato da Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espectáculos Esportivos, que na ocasião batizamos de Comissão Paz no Esporte.

Esse trabalho me levou a estudar e mergulhar bastante nessa questão sob os diversos pontos de vista, inclusive olhando como foram tratados no mundo alguns exemplos e situações. O trabalho gerou um relatório com propostas concretas, que acabou ganhando o nome de “Relatório Klein”, dado por alguns jornais e jornalistas.

Portanto, eu quero aqui apenas compartilhar com os Srs. Deputados e os presentes alguns aspectos desse trabalho.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Eu poderia ficar aqui algum tempo falando sobre o entorno dos estádios, que é quase sempre tratado como terra de ninguém; sobre como é tratada a ocupação da rua e das vias de acesso; sobre a violência que permeia diversos dos momentos relacionados ao futebol no Brasil; e até mesmo, como já lembrado pelo Deputado, sobre a questão das mortes, que já somam quase 250 desde 1988.

No entanto, eu peço licença para realmente falar sobre organização e planejamento, porque vejo que é isso que falta ser trazido à discussão. Precisamos tirar a discussão do âmbito da repressão. Hoje se estabeleceu uma dicotomia da repressão *versus* repressão, o que é um fator gerador de violência. Aqueles que frequentam o futebol de qualquer forma, seja trabalhando, seja torcendo — também o torcedor se movimenta —, sabem que essa situação de repressão gera mais violência.

Deputado Andres Sanchez, no meu Estado eu escutava um comandante da Polícia Militar dizer, por exemplo: *“Marco, não se preocupe! No jogo de domingo, está tudo tranquilo, porque vai haver uma operação de guerra”*. Aí é que eu começava a ficar muito preocupado, porque nenhum pai quer levar seu filho para uma operação de guerra — e eu vivi isso com minha filha de 8 anos, que, por me acompanhar, cresceu dentro do futebol. Ninguém faz programa turístico no Afeganistão ou vai visitar o Estado Islâmico. As pessoas querem ir para a Disney, querem fazer programas desse tipo.

Há um país que resolveu essa questão trabalhando fundamentalmente a organização. Refiro-me à Inglaterra. O exemplo dado pelo Deputado João Derly, das 39 pessoas que morreram numa final da Champions League na Bélgica, é muito



bom. Essas 39 pessoas não morreram de um conflito entre a torcida A e a torcida B, elas morreram por conta de um jogo realizado num estádio sem condições e sem organização, onde houve uma lamentável permissividade na entrada do estádio. A situação surgiu quando uma torcida mais dura e violenta, que era destinada a ocupar os espaços do Liverpool, avançou para dominar o terreno ocupado pela torcida da Juventus. Isso provocou um corre-corre, com o pisoteamento e a morte de pessoas. Os corpos ficaram num dos vestiários do estádio, sendo que os organizadores precisaram mentir aos capitães das equipes — um deles era o Michel Platini, hoje Presidente da UEFA —, para que continuassem o jogo. E certamente essa foi a melhor solução naquele momento.

Depois, em 1989, uma tragédia na cidade de Sheffield, na Inglaterra, deixou um legado positivo, que foi transformação da situação do futebol naquele país. Por ironia, essa tragédia, em que morreram 96 pessoas, também envolvia o Liverpool. E de novo não houve briga, não houve conflito, houve novamente uma desorganização que permitiu que um grupo maior de torcedores do que a capacidade do estádio entrasse por onde não deveria, fazendo com pessoas fossem prensadas nos alambrados. Isso provocou uma comoção no país. Era um jogo transmitido ao vivo.

Então, a própria Primeira-Ministra Margaret Thatcher decidiu que era preciso dar um fim a essas tragédias e criou uma comissão, para a qual foi designado um juiz de grande importância, um *Mr. Justice*, o primeiro juiz do sistema inglês, chamado Peter Taylor. Esse juiz é o grande revolucionário do futebol. Ele olhou o futebol de uma maneira diferente e viu que o problema não era mais de repressão, mas era um problema de organização, de melhoria das instalações e de mais treinamento da polícia.

Talvez poucos saibam, mas há 1 mês — passado, portanto, muito tempo depois de 1989 —, o chefe de polícia da cidade reconheceu numa entrevista: “*Sim, eu errei. Foi culpa nossa, foi realmente um problema de organização*”.

Eles trabalharam e mudaram essa visão de escolta, de cerco, de operação de guerra. Eles começaram a se organizar e, desde a área de segurança interna dos assuntos internos do governo, todos estabeleceram unidades de inteligência especializadas em futebol. Eles entenderam o que significava e o que segue significando o futebol na Inglaterra e que era preciso olhar isso de uma maneira



diferente. Eles entenderam que era preciso integrar as diversas áreas: a Federação Inglesa de Futebol, a Premier League, a polícia, o serviço de inteligência e outros serviços do governo, inclusive, como é óbvio, a área de saúde, que envolve bombeiros e ambulâncias.

Ao longo do tempo, esse caminho levou ao fim das depredações, levou ao fim de todos aqueles problemas. E hoje a Premier League é o campeonato de futebol mais visto no mundo e dos mais valorizados, com a terceira maior valorização. Somente o futebol americano e o contrato de televisão da Major League Baseball têm um valor maior.

Em Londres, são 13 clubes profissionais nas diversas divisões. Há casos que nós estudamos em que lá houve oito jogos no mesmo horário e dia. O Deputado Andres Sanchez sabe a dificuldade que é fazer dois jogos numa cidade como São Paulo, que é gigantesca, sabe a dificuldade de organização. Lá se fazem oito jogos com um público médio de 27 mil pessoas cada, sendo que essas pessoas circulam pela cidade, pelo metrô, pelos bares. Por que eles conseguem isso? Porque têm organização e planejamento.

Todos vão pensar que eu sou corintiano porque vou falar do Corinthians outra vez. Nós estávamos — o Deputado Andres Sanchez também estava presente — no famoso jogo do Corinthians em que houve tentativa de invasão de campo. Havia provavelmente 38 mil pessoas no Pacaembu, sendo que entre 300 a 500 pessoas se movimentaram para o portão, para tentar invadir o gramado. As outras 37.500 pessoas que tinham perdido o jogo estavam tristes, como certamente o Deputado Andres Sanchez, mas administrando esse sofrimento. Ninguém criou nenhum outro ato de violência, e aqueles que o fizeram foram vaiados. Mas o foco de todos — e quando eu digo “todos” refiro-me à sociedade, à polícia, à mídia — foi exatamente nos 300 ou 500 que quiseram invadir o gramado, em vez de focarem os 37.500 que vaiaram aquele movimento.

Eu estava perto do alambrado naquele momento, juntamente com o Coronel Marinho, hoje da Federação Paulista de Futebol. E nós percebemos que, quando se abriu aquele portão, as próprias pessoas que estavam prestes a invadir não iriam entrar, pois elas sentiram que não havia nada, que tudo era uma maluquice.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*



**O SR. MARCO AURELIO KLEIN** - Isso, dois policiais seguraram o portão.

Então, essa é uma questão que nós precisamos olhar pelo ponto de vista do universo maior, pelo universo das pessoas que pegam os seus filhos e vão preocupadas a um jogo de futebol.

Este é o diagnóstico da situação: violência; impunidade; desconforto; despreparo de recursos humanos. Operar uma bilheteria ou uma catraca na entrada de estádio não é tarefa para amadores em nenhum lugar do mundo. É preciso alguém com treinamento, alguém que seja remunerado adequadamente, que tenha responsabilidades, que tenha identificação. Além disso, há insegurança e riscos; baixos índices de ocupação; perda de receita; e perda de oportunidades.

Algumas premissas para avançarmos nesse pensamento são fundamentais. O futebol, como outros eventos para nós no Brasil, é um evento de entretenimento, é um evento privado. A responsabilidade pela segurança é do organizador. A meu ver, a polícia tem a responsabilidade de fazer a segurança de rua e de estar preparada para uma intervenção de emergência.

Acompanhamos o esporte pelo mundo e temos a oportunidade de ver os principais campeonatos da Europa, como a Champions League. Lá não existe a hipótese de, após terminar o primeiro tempo de um jogo, o árbitro precisar esperar no meio do campo até que três policiais do batalhão de choque, com escudos e capacetes especiais, escoltem-no para a saída.

Na Libertadores da América e em alguns outros jogos, para bater um escanteio, o Deputado Deley nunca precisou ser protegido por escudos de polícia. V.Exa. nunca passou por isso ao bater escanteio no Palmeiras, não é, Deputado Deley?

**O SR. DEPUTADO DELEY** - Só quando eu ia jogar no Parque São Jorge.  
(Risos.)

**O SR. MARCO AURÉLIO KLEIN** - Essa circunstância mostra como estamos longe de uma solução.

É fundamental que a tecnologia da informação nos possibilite, como se fez na Inglaterra e se faz em alguns países, ter banco de dados com o histórico absoluto de cada partida. Em função desse histórico, é possível fazer um trabalho de prevenção e organização.



O evento futebol vai muito além do estádio. Ele começa longe, quando o torcedor, dias antes, quer comprar um ingresso, quando o torcedor sai de casa. É preciso vencer a batalha da percepção. É preciso quebrar a ideia de que o estádio é uma terra de ninguém. Costumo dizer em algumas palestras que o futebol é o único evento para o qual nós do Brasil colocamos a nossa pior roupa. Se alguém se arrumar um pouquinho mais para ir a um estádio de futebol, as pessoas perguntam: “*O que é isso? Você vai aonde?*” Isso se dá porque aquele lugar é percebido como uma terra de ninguém.

A recomendação que o relatório traz no tocante a organização e planejamento é de que se tenha uma visão sistêmica, trabalhando segurança, conforto, acessos, arredores, ruas que precisam ser iluminadas. Domingo à noite, depois do jogo, ao sair do Allianz Parque, o estádio do Palmeiras, eu percebi que a primeira rua logo à saída é muito escura, porque está bastante arborizada e os postes de iluminação são altos. Num jogo com 40 mil pessoas, é uma coisa absolutamente inaceitável que parte das pessoas saiam por uma rua escura.

Portanto, devemos trabalhar iluminação e sinalização, limpeza, higiene, bilheterias, vias e controles de acesso, meios de transporte, pontos de embarque, estacionamentos, responsabilidades, protocolos operacionais. Ter protocolos operacionais significa que, ao acontecer alguma coisa, eles dirão exatamente o que fazer. Eu estava no Morumbi, numa ocasião de final de campeonato de São Paulo, quando um cidadão passou mal lá em cima no anel, teve um problema cardíaco sério e precisou ser socorrido. Embora houvesse imensa boa vontade dos funcionários do Morumbi e dos policiais que estavam de plantão, ninguém sabia exatamente como levá-lo ao setor médico — que, diga-se de passagem, é excelente, porque tem todos os recursos. Havia uma ambulância no estádio, mas ela não podia chegar até o setor médico, porque, à entrada do setor médico, estavam estacionados os dois ônibus que trouxeram as delegações ao Morumbi. O time de Santos já havia ganho o jogo, e a polícia não queria abrir o portão para o ônibus sair. Foi a médica de plantão que, com sua coragem, deu ordem em todo mundo — no coronel, no capitão, no major — e tirou a ambulância. E o sujeito conseguiu sair, foi atendido, passou bem e salvou-se. Mas não havia um protocolo operacional. Então, quando se fala em protocolo, a recomendação é nesse sentido.



Há circunstâncias em que isso pode ser resolvido com criatividade. Esta imagem mostra uma experiência que fizemos por ocasião do relatório da Comissão Paz no Esporte, quando usamos uma *van* para fazer todo o serviço de monitoramento. É possível fazer isso em certas circunstâncias, para jogos muito pequenos e estádios pequenos, sem haver muito investimento.

Combater as mínimas ofensas. Esta é famosa história da teoria das janelas quebradas, que embasou o processo de mudança do combate à criminalidade na cidade de Nova Iorque: combater o camarada que urina na plataforma do metrô, combater o sujeito que quebra isso ou aquilo, combater as pequenas ofensas. Os grandes problemas de violência podem começar com uma pequena ofensa. Eles nunca começam com uma coisa grave, eles tendem a começar com coisas pequenas.

Trago aqui um exemplo. No Maracanã, em 2009, o Presidente da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro abriu-nos a oportunidade de fazer uma experiência de organização. Eu pedi a ele que me desse alguns jogos, para que fizéssemos uma experiência — fizemos também em São Paulo — em que algumas bilheterias operavam do jeito normal e outras tinham uma coisa minimamente planejada, minimamente estudada, minimamente organizada. Fizemos isso em alguns jogos, dos quais eu trouxe algumas fotos para ilustrar.

Aqui se trata de um jogo entre Fluminense e Vasco ocorrido no Maracanã, no Campeonato Brasileiro de 2009. Deste lado estava a bilheteria comum, normal, sem nenhuma organização: era uma festa para batedores de carteira, para molestadores de torcedoras, para todas as circunstâncias ruins; não havia bilhete; não havia troco; não havia nada. Era uma bilheteria baixinha.

Nós fizemos a gravação com monitoramento de câmeras fora e dentro das bilheterias. Gravamos um sujeito que se desentendeu com a bilheteira por conta de troco e não viu o menor problema em urinar dentro da bilheteria. Então, coisas do arco-da-velha aconteceram lá. Era uma confusão.

Nós filmamos alguns jogos e fizemos um estudo avaliando o fluxo das pessoas, vendo por onde as pessoas chegavam e o caminho que faziam. De nada adianta inventar a roda e criar um fluxo que seja organizado, mas contrário à



natureza do torcedor, que vai ao Maracanã ou a qualquer outro estádio há 1 milhão de anos.

Portanto, estudamos os fluxos e começamos a fazer um trabalho de sinalização. Foi tudo muito simples, muito básico, mas com uma sinalização adequada. Fizemos um trabalho de previsão de troco, em que havia uma bilheteria que se chamava Troco Certo, para onde alguém que tivesse o dinheiro certo do ingresso poderia ir direto. Era tudo organizado. Pusemos também grades para orientar a bilheteria.

Havia uma coisa que eu aprendi numa experiência anterior, como diretor de um grande banco, olhando a questão das filas. As pessoas perguntavam: “*Vocês vão acabar com as filas?*” Eu respondia: “*Espero que não, porque a fila é sinônimo de organização*”. A fila é uma questão de respeito e de organização. Aprendi isso na Disney, onde as filas eram soviéticas, imensas, mas não havia problema, porque as pessoas tinham certeza de que a fila seria respeitada. Em alguns brinquedos havia uma mensagem que dizia assim, por exemplo: “*A partir daqui, em 20 minutos vocês comprarão o seu ingresso*”. E a partir do momento em que se estabelece um pacto, a pessoa fica tranquila de que vai conseguir ser atendida.

Portanto, nós estabelecemos uma organização do outro lado das bilheterias. Havia, Deputado Deley, no mesmo jogo, com a mesma torcida e com o mesmo público, de um lado aquela imagem e de outro, esta aqui, tranquila e sem confusão. Só o cambista estava muito infeliz com essa operação.

Cinco pontos permeiam essa forma de olhar: legislação, que cabe ao poder público; responsabilidade, que cabe ao organizador do evento; e inteligência, sistematização e excelência, que cabem à iniciativa privada. Há pontos não precisam ser do governo, que são da iniciativa privada. Entendo que cada clube deve achar seu mecanismo. O Corinthians, por exemplo, vai achar a melhor maneira de fazer isso lá no seu estádio, assim como os outros.

O impacto econômico disso é dramático. No Campeonato Inglês hoje, a média de ocupação dos estádios hoje é de 96%. Isso significa que todas as partidas têm pelo menos 96% dos lugares ocupados. Alguns clubes jogam com 100% dos lugares ocupados, não importando se o jogo é contra um time grande ou um time



pequeno. As pessoas criaram o hábito de ir ao estádio, é um programa gostoso assistir ao futebol.

No Campeonato Alemão, a ocupação é de 95% a 96%.

Em termos de capacidade instalada, a nossa taxa de ocupação é de 35%. Nós temos uma das mais baixas taxas de ocupação dentre todos os países com os quais gostaríamos de nos comparar, E sabemos que, se essa taxa saltar de 35% para 50%, isso terá um significado extraordinário do ponto de vista de receita.

Há algumas coisas que são legados da Copa do Mundo, como, por exemplo, o fato de os estádios da Copa do Mundo não terem alambrados. Temos enfrentado circunstâncias difíceis, mas temos evitado que as pessoas ultrapassem o alambrado e invadam o campo.

Parte dessa visão está no relatório de 2006, do qual o Ministro George Hilton pediu-me que fizesse uma revisão. Nós estamos terminando a revisão no tempo possível, porque temos de cuidar da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem. Embora ele esteja sendo revisto, eu trouxe uma cópia do original para os senhores que tiverem interesse. Ele traz em detalhes uma sugestão da organização, que eu mostrei de forma mais rápida na minha apresentação, para ficar dentro do limite de tempo, visto que eu o extrapolei ontem.

Fico à disposição para perguntas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Derly) - Obrigado, Dr. Marco Aurelio Klein.

Passo a palavra ao Dr. Ailton Alfredo de Souza.

**O SR. AILTON ALFREDO DE SOUZA** - Muito boa tarde a todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas e aos colegas que estão na Mesa, Dr. Marco Aurelio Klein e Sr. André Azevedo.

É um prazer enorme estar na Casa Legislativa do País, a Casa do Povo por excelência, para tratar de tema tão relevante e que, vez por outra, nos aparece como um grande desafio a ser enfrentado.

Infelizmente há sempre um viés repressivo nesse tema, como já foi dito aqui, que é tratado muito mais pelo viés da segurança pública do que por uma abordagem



mais sociológica e científica, que, eu diria, traria uma resposta mais adequada a esse fenômeno.

Eu posso começar a minha fala dando o testemunho de que, há 8 ou 10 anos, começamos um trabalho em Recife, com o Juizado Especial Cível e Criminal do Torcedor, no qual as experiências foram se acumulando. Nós partimos do pressuposto de que a organização, que já foi tão bem explanada aqui, é fundamental para compreendermos esse fenômeno. E chegamos de início à conclusão — não demorou muito — de que a repressão pela repressão, o uso exacerbado da repressão e o Direito Penal levado ao extremo, em nenhuma circunstância resolvem alguma coisa, muito menos em relação a esse fenômeno complexo que é a violência nos estádios de futebol.

Dando uma primeira palavra, quando estamos a tratar de violência nos estádios de futebol, não podemos dissociá-la do fenômeno geral da violência urbana e também rural, que vivenciamos de forma mais cruel e muito mais forte nos últimos 30 anos.

O fato é que nós analisamos o que é violência nos estádios de futebol do ponto de vista pragmático, a partir das experiências que temos vivido. E quais foram essas experiências?

Em 2006, o Marco Klein — permita-me a intimidade de chamá-lo assim — inspirou-nos a todos com o relatório. Eu confesso que o seu relatório foi uma fonte de inspiração para nosso trabalho em Recife, pois começamos a imaginar qual deveria ser a resposta. O relatório previa como resposta ao que se chamava de impunidade — e ainda hoje se chama de forma tão veemente — a instalação de Juizado Especial Criminal — JECRIM nos Estados. E nós, imaginando que a questão não era apenas instalar um JECRIM, demos mais um passo e dizemos que também era preciso um juizado cível, uma vez que muitos dos direitos dos torcedores eram sonogados sobretudo nessa esfera do Direito Civil.

Mas como professor universitário, como questionador e como prático no exercício da minha profissão de magistrado e de juiz, algumas questões sempre me ativeram: se efetivamente o Judiciário deveria ser convidado para essa festa, ou, melhor dizendo, para esse desafio da violência nos Estados; e se o Ministério Público também poderia participar dessa atividade, com uma certa pretensão de ser



o gestor de todas as coisas. Eu me questionava se isso era bom para o futebol e se trazia algum resultado prático.

Aí começamos a estreitar os laços institucionais com as torcidas organizadas, com os meninos, como eu sempre digo, o que soa de forma muito estranha para muitos. Eu falo assim porque conheço todos da Jovem do Sport, todos da Inferno Coral, todos da Fanático. Eu conheço o pessoal, com quem conversamos e dialogamos.

Nós partimos de uma ideia básica do Direito: a de que ninguém pode fazer imputação objetiva, no sentido de aplicar pena ou de punir de forma generalizada, sem apurar a culpabilidade de cada um. Aliás, historicamente, o Direito Penal não só do Brasil, mas de todo o nosso continente, baseia-se na responsabilidade subjetiva e não na responsabilidade objetiva.

A partir desse pressuposto teórico, chegamos à conclusão óbvia — algo que todos sabem — de que não se pode criminalizar uma instituição, que não se pode criminalizar a torcida organizada A, a torcida organizada B ou o grupo de torcidas organizadas quando não se apura a responsabilidade individual.

Eu tive a honra de participar da Comissão que tratou do projeto de lei que mais tarde se transformou na Lei nº 12.299, de 2010, a da reforma do Estatuto do Torcedor. Havia um certo sentimento, sobretudo entre alguns setores da repressão qualificada, de que o recrudescimento, o endurecimento das penas daria uma resposta à questão e diminuiria os índices de violência nos estádios. Viu-se depois não foi bem assim. Muitas coisas que estavam no projeto de lei não foram avante e outras foram aprovadas, como a criminalização mais qualificada do cambismo e do próprio cambista, do vendedor de ingressos individuais.

Na prática, nós fomos vendo que isso não funcionava e não dava respostas adequadas. E vez por outra, nós voltávamos à questão da organização, inclusive da organização da prevenção policial — se é que a polícia deve desempenhar um papel. Eu diria que esse evento não é totalmente privado, uma vez que foi denominado pelo Estatuto do Torcedor como uma atividade também de responsabilidade da segurança pública. Portanto, embora seja um evento privado, inevitavelmente a polícia também tem responsabilidade quanto à segurança.



O grande problema é que nós — sobretudo a imprensa, que é formadora de opinião — sempre partimos do pressuposto de que esse é um problema de polícia. Pode até haver dimensões, vieses ou ações que reclamem a atividade policial, mas se trata de uma atividade muito mais de inteligência, de organização e de prevenção, do que simplesmente dizer no dia do jogo: *“Como hoje vou ter uma superoperação, em vez de botar mil homens, vou botar 2 mil”*.

Eu aqui não estou teorizando. A experiência que tivemos em Recife mostra que, toda vez em que há mais policiais, há também muito efeito colateral. Nós sentimos esse efeito na pele, porque aquela ocorrência policial depois se transforma em outras ocorrências. Eu explico. Tinha-se a ideia de que os torcedores que fossem pegos cometendo ato infracional ou crime — infracional para adolescentes e crime para adultos — deveriam ficar afastados daquelas penas alternativas, dependendo do delito. Eles ficariam afastados e, no dia do jogo, deveriam se apresentar à delegacia ou ao quartel, o que era uma forma de coibir que fossem aos próximos jogos.

Nós percebemos que, enquanto isso estava sendo feito nos quartéis e nas delegacias, havia uma sobreposição de *Termos Circunstanciados de Ocorrência* — TCOs. E no outro dia, os torcedores chegavam reclamando que haviam sido maltratados, que haviam sido humilhados, que tinha sido aberta uma ocorrência policial dentro de uma ocorrência policial.

Então, imaginamos um projeto que não sei se é o melhor nem se é o ideal, mas que nos pareceu a única forma de controlarmos as infrações de menor potencial ofensivo, aquelas em há a responsabilidade individual do cidadão que tenha sido pego cometendo um crime denominado de infração de menor potencial ofensivo. Esse cidadão teria como pena alternativa participar de programas pedagógicos na sede do juizado, recebendo uma pena adequada, como diz a Constituição. Ninguém inventou a roda, ninguém inventou nada do outro mundo. Cumriu-se apenas a Constituição, que determina que as penas não sejam degradantes, não sejam infames ou não sejam cruéis, enfim, que se respeite a dignidade humana. Então, a pena alternativa que se deu foi a do afastamento do estádio.



Essa foi uma experiência gratificante em alguns aspectos. Imaginem, por exemplo, o que fazer com um grupo de cambistas que tenham sido detidos uma, duas ou três vezes. Desenvolveu-se um programa de renda legal em parceria com a iniciativa privada, dentro do conceito da pena alternativa pedagógica.

É claro que todos nós sabemos que existem aqueles casos que demandam uma repressão qualificada, ou seja, demandam investigação e até prisão. Mas para isso já existe o Código Penal: quem for pego por cometer ou tentar cometer homicídio, quem for pego por praticar ou tentar praticar lesão corporal grave, quem for pego por qualquer outro crime de maior potencial ofensivo vai responder conforme está previsto no Código Penal.

Perdoem-me a expressão para este ambiente tão solene e sagrado, mas me que muitas vezes se quer discutir como se fossem encontrar uma panaceia, algo para resolver todos os males: “*Vamos acabar com a torcida organizada*”.

Lá em Recife, as torcidas organizadas foram proibidas de entrar no estádio por uma decisão judicial da Vara da Fazenda. O Ministério Público entrou com uma ação civil pública pedindo — e foi dada a liminar — a proibição da entrada das torcidas organizadas, atrelando a violência urbana às torcidas organizadas.

No entanto, não me consta que nós tenhamos diminuído a violência nesses últimos 2 anos. O que foi proibido, na verdade, foi a entrada de pessoas com aquela camisa amarela do Esporte, que é horrível, por sinal, aquela camisa tricolor do Santa Cruz, que é linda, ou a camisa do Náutico. O que se proibiu, na verdade, foi o acesso de camisas, bandeiras e apetrecho. Mas as pessoas continuam indo aos estádios e nós continuamos a ter problemas sobretudo no entorno, no trajeto de ir e vir. Raramente ocorre um episódio violento dentro das arenas.

Portanto, nós chegamos a essas conclusões não apenas do ponto de vista teórico, não apenas fazendo uma teoria do Direito Penal. Eu vim aqui para dar um depoimento de como fazer, daqueles que estão com a mão na massa, que estão fazendo. Podemos atestar que esses mecanismos de repressão generalizada e generalizante, que pretendem acabar com a torcida organizada, podem atender em algum momento à ânsia da mídia de amenizar a culpa ou a responsabilidade. Mas o que realmente diminui a violência, como foi dito antes, é a organização não só do



evento — e aí me permitam completar—, mas sobretudo de um plano de ação de segurança.

Dizer que a Inglaterra teve sucesso em acabar com a violência ou dizer que outros países tiveram sucesso em acabar com a violência é outro mito também. Eu frequento a Inglaterra — depois disso fizemos várias parcerias e, portanto, eu estou sempre indo lá com procuradores, juízes e policiais — e sei que não podemos dizer que acabou esse problema de violência naquele país. Há, sim, um controle efetivo sobre isso. Na Alemanha é a mesma coisa, mas outro dia houve uns problemas graves na Alemanha. Na Noruega e na Itália vez por outra recrudescer a violência.

No entanto, só se conseguiu algum controle porque se estabeleceu uma política de Estado. E aí não é uma política de governo A nem de governo B. Isso deve ser inserido em um programa de segurança do Estado brasileiro, para que tenhamos uma permanência, uma continuidade das ações de segurança.

O Serviço de Inteligência que trabalhou com a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, que foi instalada durante a Copa, funcionou perfeitamente. Mas, se falarmos de legado das Olimpíadas, como há pouco se falou de legado da Copa, o legado na área de segurança tem que ser reclamado por essa articulação da inteligência, das ações de inteligência, para que saibamos quem é que, dentro da torcida organizada, pratica delitos de maior potencial ofensivo. Em relação a esta pessoa, sim, deve ser apurada a responsabilidade individual, para punir e afastá-la, mas afastar não de forma objetiva, mas subjetivamente falando, ou seja, apurando a responsabilidade, com direito de defesa e tudo mais.

Outra preocupação nossa é que o futebol, como bem cultural de maior relevância em nosso País, tem recebido ultimamente muita estocada de quem não vive ou de quem não entende de futebol. E é muito complicado ver as pessoas quererem fazer a gestão do futebol, substituindo os dirigentes de clubes, substituindo todo mundo. E digo isso porque, de repente, isso representa uma advocatória contra a sociedade civil, impedindo-a de se organizar e de se compor, como está previsto na Constituição — e isso também em relação à torcida organizada.

A Constituição, no art. 5º, incisos XVI, XVII, XVIII, XIV, estabelece de forma clara e contundente, como cláusula pétrea, que a gestão das associações, das



entidades, assim como o quadro de integrantes de associações, não pode ser objeto de ingerência do poder público.

De repente, as autoridades, muito preocupadas em dar respostas à sociedade — e aqui incluo a minha instituição, o Ministério Público, a polícia —, de certa forma se esquecem dessas garantias constitucionais e falam em extinguir as torcidas organizadas por portarias, por decretos, por conversas, por falas, por gritos, por ordens. Mas sabemos que uma associação civil só pode ser suspensa por uma sentença e só pode ser extinta por uma sentença transitada em julgado, desde que seja assegurada ampla defesa e que fique provado que ela foi constituída para praticar fins ilícitos. E a prova disso é difícil, quase impossível. E é de conhecimento público e notório que não se pode atribuir a determinadas entidades e organizações a prática de crimes como se elas fossem uma associação criminosa para o crime, uma quadrilha ou o que seja.

Isso é o desabafo da imprensa, é o desabafo de um ou de outro, mas não pode permear a atividade de quem é profissional na área do Direito e, sobretudo — permitam-me aqui, sem nenhum tipo de conselho, apenas para fazer uma reflexão —, não pode permitir que nos influencie, enquanto legisladores, a tomar medidas legislativas com base nesse pressuposto de que temos ali quadrilhas e que temos que acabar com elas.

Então, quando ouço esse recrudescimento, essa sensação de querer prender todo mundo, imagino que alguém esteja sonhando com a criação do “Presídio do Torcedor”. Mas onde vamos chegar?

Eu penso — e digo isso porque convivi com torcidas — que a esmagadora maioria dos torcedores quer organizar a torcida organizada. Por outro lado, a gente quer muitas vezes — eu digo “a gente” como população em geral, opinião pública em geral — certa higienização do espetáculo, como se pudéssemos decepar aqueles membros que não estão bem higienizados, retirando-os. Isso é impossível. E, sob o ponto de vista moral e constitucional, isso é um absurdo.

Temos que botar a mão na massa. Temos que tratar com esse pessoal. E temos que repensar a forma como se faz segurança pública em relação à violência urbana nas praças desportivas. Caso contrário, daqui a pouco vamos ver vingando aquelas ideias que tenho visto pulular entre algumas entidades esportivas e



organizações, no sentido de punir os clubes e todo mundo que não tem nada a ver com a violência ou responsabilidade direta. Deve-se, sim, punir aquele que tem responsabilidade direta, aquele que for pego praticando atos de violência.

Então, eu insisto — e não é insistir muito — em dizer que o arsenal de legislação que temos já é suficiente para que punamos e tiremos do meio do futebol aqueles que praticam violência. É simples, não temos que inventar a roda. Não existe protagonismo de nenhuma instituição, nem do Judiciário, nem do Ministério Público, nem da Defensoria, nem da Polícia; essa é uma atividade que tem que ser corriqueira do Estado Democrático de Direito: quem for pego em culpa vai ser punido e afastado. O que não há é justificativa, como eu disse, para fazermos esse tipo de advocatória.

Eu fico muito preocupado com as ações que vêm ao Judiciário nesse sentido. Nas vezes em que as recebi, rechacei todas, por uma razão simples: eu acho que a sociedade tem que ter autonomia para se autorregulamentar e só chamar a presença do Judiciário em caso de litígio estabelecido. Não se pode distribuir a torto e a direito punições sem apurar a responsabilidade de cada um. “*Vamos punir esse grupo.*” Que grupo? De 300 pessoas que invadiram o estádio? Vamos punir esses 800, esse 1 mil, esses 10 mil? Com base em quê? Nós não temos base legal nem constitucional para isso.

Eu disse isso numa reunião do CNJ, quando aconteceu aquele episódio lá no Paraná, da briga das torcidas dentro da arena. Aí, Marco, houve uma discussão sobre de quem seria a responsabilidade pela segurança, se seria pública ou privada. Essa discussão terminou se tornando inócua por conta do fato. O fato fala por si só. É claro que se tivesse havido uma organização do evento, não precisaria o policial estar ali dentro. Mas, se não houve, que ele estivesse. Agora, se está, deve-se apurar, pelos mecanismos que temos, de quem é a responsabilidade individualizada.

Eu insisto nisso para que não caiamos na tentação de utilizar a responsabilidade penal objetiva, para responsabilizar grupos. Isso foi tentado — perdoem-me a má comparação — com o Estado nazista e com o Estado soviético, e não deu certo. E nós somos um Estado Democrático de Direito por concepção e pela nossa prática forense.



Então, nunca será possível dar-se esse tipo de resposta que se pretende dar muitas vezes, ou seja, no atacado. Isso deve ocorrer com muita responsabilidade.

Eu finalizo, nesses 20 segundos que me faltam, dizendo o seguinte: lembremos no meio das torcidas organizadas, ou no meio dos estádios, no meio dessa grande torcida, nesse clima de violência, que é o tema, há crianças e adolescentes.

Pode haver crianças de 5 anos, como a que pegamos no meio da torcida na Ilha do Retiro. Essa criança foi do Iburá, um bairro distante, até a Ilha do Retiro desacompanhada, sem ninguém, e estava no estádio no meio da torcida. Eu pergunto: a resposta que o Estado brasileiro tem a dar a essa criança é de Direito Penal? Que tipo de resposta queremos dar a ela?

Eu acredito que temos que repensar o que queremos dar como resposta à violência. Seja qual for a resposta, ela tem que ser parametrizada pela Constituição da República, pelas garantias fundamentais e, sobretudo, ter um quê de continuidade. Parece-me — já encerrando a minha primeira intervenção aqui — que onde mais pecamos é na continuidade, em razão da falta de um plano de ação que seja perene.

Lá na reunião do CNJ — não sei se alguns dos senhores estiveram presentes — diversas instituições foram envolvidas e foi estabelecido um plano de trabalho, um plano de ação, do qual não se teve mais notícia depois que o fato saiu da pauta da mídia. Isso é muito grave.

Termino aqui essas primeiras palavras e fico à disposição, se for o caso, para responder algum questionamento. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Derly) - Obrigado, Dr. Ailton.

Passo a palavra ao Sr. André Silva Azevedo.

**O SR. ANDRÉ SILVA AZEVEDO** - Boa tarde a todos. De antemão, eu vou ressaltar que não vou usar os meus 20 minutos, porque o último a falar acaba se tornando redundante. O Dr. Ailton, em sua fala, mencionou várias coisas que eu pretendia falar — ele pareceu até um torcedor organizado quando falou sobre alguns aspectos. Eu achei isso bem interessante.

Na realidade, eu vou relatar mais algumas experiências e a visão do torcedor organizado. Geralmente, os senhores têm muito acesso ao que a imprensa passa.



Há sempre a visão deles e pouco a do torcedor organizado. Eu não apenas faço parte da Associação das Torcidas, mas sou um presidente de uma torcida organizada atualmente, a Dragões do São Paulo Futebol Clube.

Quero dar meus parabéns e agradecer ao Deputado João Derly pelo convite e por nos dar voz aqui.

Vou iniciar citando a fala do Dr. Marco Aurélio Klein, que mencionou o número de mortes relacionadas às torcidas organizadas e ao futebol nos últimos anos — acho que ele mencionou algo em torno de 250 mortes. Os dados não são dele, são também dados divulgados pelas emissoras de televisão. Mas são dados totalmente errôneos, porque eles colocam na conta das torcidas várias mortes que não acontecem em dia de jogo, só porque o cara estava usando a camiseta de determinado time ou de determinada torcida. Eles também não levam em consideração outros motivos, como rixas pessoais e outros. O fato é que acabam achando mais fácil colocar essas mortes na conta das torcidas organizadas.

Quando falo “a gente” é porque eu tenho diálogo com todas as torcidas organizadas. Portanto, quando falo em nome coletivo, isso se dá porque costumamos debater isso. Então, acabamos pagando toda uma conta da falência do futebol brasileiro. No *ranking* dos motivos para que isso aconteça está a violência nos estádios, mas não se faz reflexão sobre outros aspectos, como, por exemplo, realizar jogo às 22 horas numa quarta-feira. Não é interessante que se discuta isso, porque quem vende esses direitos não quer que se debata isso.

Recentemente, num jogo entre São Paulo e Corinthians em Itaquera, São Paulo, houve um alvoroço porque o Presidente do São Paulo disponibilizou ônibus para a torcida ir embora do estádio. Ficaram debatendo sobre a relação dele com as torcidas, mas em momento nenhum se debateu o fato de que não havia ônibus para os torcedores irem embora, assim como não havia metrô. Não abriram esse tipo de questionamento, mas, quando o jogo ocorre às 22 horas, sempre se levanta essa hipótese.

Ingressos caros são outro ponto. Os estádios também andam muito vazios porque, apesar de contarmos hoje com novas arenas, os outros problemas são velhos: transporte, má alimentação, flanelinha. Enfim, há vários outros aspectos que não se discutem, mas colocam tudo na conta da violência da torcida organizada.



Em relação a esse comparativo com a Europa, que é muito recorrente também na televisão, o Dr. Ailton mencionou algumas verdades em relação a esses mitos em que todo mundo acredita. Não é do jeito que todo mundo acredita que seja. A Inglaterra pode servir como parâmetro, como base, para que se aprimore alguma coisa no Brasil, mas lá é Inglaterra, e é por isso que lá funcionam algumas coisas.

Nós sempre falamos que o sistema brasileiro presta um desserviço para a torcida, porque a impunidade reina aqui; é o que chamamos de “impunidade do CPF”. Geralmente, pegam o CNPJ e o punem, mas o nome da pessoa que comete o crime nunca é mencionado. É mencionado, sim, o nome da instituição à qual essa pessoa pertence.

Eu fui para a Alemanha também — fiz um intercâmbio lá e fui a vários jogos — e relatei várias dessas mentiras. A primeira é de que nos estádios todos têm que estar sentados. É uma mentira. Isso ocorre em alguns jogos da Champions League. Mas em jogos da Bundesliga, no estádio do Borussia Dortmund, por exemplo, há um setor que são 25 mil lugares em pé. Mas sempre se ressalta isso. Outros estádios da Bundesliga também têm setor destinado aos Ultras, e lá todos ficam em pé.

Lá existe, sim, uma relação não promíscua — não estou falando de uma relação em que se ganha alguma coisa — entre as torcidas e os dirigentes dos clubes, até para que se faça uma festa bonita, para que se façam algumas coisas. Aqui isso é condenável, como se fosse pecado conversar com o presidente do clube, para fazer parte de uma torcida organizada, ou alguma coisa assim. Isso também é uma coisa condenável aqui. Mas lá existe essa relação entre as torcidas e os clubes — e é uma relação muito próxima.

Há a política do abandono, muito adotada aqui. Na Alemanha, nós constatamos que quanto maior o problema, maior a aproximação do poder público, no que se relaciona às torcidas. Como foi dito, ainda existem, sim, problemas, existem as brigas. Óbvio que são em menor escala do que no Brasil, até porque lá a lei é um pouco mais severa e existe menos burocracia para se punir, principalmente pessoas. Aqui, o próprio sistema resguarda o torcedor, fazendo com que ele cometa o crime, pois sabe de antemão que quem vai pagar não é ele, e sim a instituição.



Outra coisa que me incomoda é quando a gente debate violência no futebol. Nesses dias, eu estava dando uma entrevista para um canal de televisão e falei ao repórter: “*Não dá para você reformular a pergunta, vamos falar sobre violência*”. E eu não me referia à violência no futebol, porque não existe violência no futebol, existe violência que também se estende ao futebol.

Eu estava em Maceió, recentemente, uma das cidades mais perigosas do Brasil e do mundo, e não tem como a gente querer que as torcidas sejam diferentes daquilo que a sociedade é.

Então, às vezes, a gente trata desse assunto de forma até burra. As pessoas ficam perplexas quando veem violência em torcidas, como se as torcidas vivessem numa bolha diferente da nossa sociedade. Hoje é perigoso parar no trânsito; é perigoso ir à praia, por causa dos arrastões, além de várias outras coisas perigosas. Assim, essa violência é só um reflexo do que ocorre em nossa sociedade.

Quanto a esse reflexo da violência, mencionou-se a quantidade de jovens envolvidos. Então, a gente tem uma responsabilidade muito grande até de formação desses jovens, porque, às vezes, o próprio Estado não dá essa formação. Eles usam muito os líderes das torcidas como exemplo, e a política adotada com esses líderes é só a política da exclusão. Às vezes, a gente exclui as torcidas, mas esquece que elas vão sair da arquibancada e vão ser inseridas no nosso dia a dia, vão ao banco, vão às ruas. Então, a gente tem que mudar um pouco esse conceito.

Não sou defensor de pessoas criminosas. A ANATORG - Associação Nacional das Torcidas Organizadas, no caso — e não eu —, não defende o torcedor criminoso. Na realidade, é uma briga nossa que ele pague até mais do que geralmente se paga. A gente acha que, se ele tiver qualquer tipo de problema, ele não vai recorrer à ANATORG, mas vai recorrer a um advogado para que o defenda. A gente só entende que essa marginalização feita no contexto geral é uma coisa que atrapalha e é uma coisa que acaba trazendo mais problemas. Eu acho que reflexão nesse sentido teria que ser feita, porque a política da exclusão não é o caminho. A gente tem que reeducar e chamar essas pessoas não só para fazer uma arquibancada melhor, com mais festas, mas para trazer o cara principalmente para a nossa sociedade, fazendo o cara ser um cidadão melhor também.

Obrigado. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Derly) - Obrigado, Sr. André Silva Azevedo.

Antes de passar às perguntas dos nossos queridos Deputados, quero adiantar as minhas perguntas, porque tenho uma entrevista neste momento. Então, vou adiantá-las. Pode ser?

Eu havia anotado algumas aqui.

Dr. Ailton, houve diminuição da violência em Pernambuco com as ações que os senhores realizaram no Estado?

Outra pergunta — e acho que pode ser respondida pelos três — sobre torcidas: o que os senhores acham de torcida mista?

No Rio Grande do Sul vamos realizar um terceiro jogo com torcidas mistas. No próximo domingo vou estar nessa torcida — eu e minha esposa. Eu sou colorado; ela, gremista. Mas vamos poder ir juntos ao estádio. O que os senhores acham desse tipo de ação?

Indago se o Cadastro Nacional de Torcedores é efetivo para que saibamos os nomes das pessoas, os CPFs e, como o André nos falou há pouco, para que a gente ache os reincidentes em brigas de torcidas, enfim, os envolvidos em violência como um todo.

Alguns países adotaram a torcida única, como a Argentina, por exemplo. A gente está indo no caminho contrário a esse no Rio Grande do Sul, pois os jogos estão sendo realizados com torcida mista. O que os senhores acham dessa forma adotada para impedir a violência dos barras-bravas, como são conhecidos os torcedores na Argentina?

O Estatuto do Torcedor, em seu art. 41, prevê pena de reclusão de 1 a 2 anos e multa para quem briga ou promove tumulto. O endurecimento dessa lei, com o aumento das penas, seria uma solução adequada?

**O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ** - Sr. Presidente, só 1 minuto. Desculpe-me. Será que V.Exa. pode nos dar 5 minutos de intervalo? Peço desculpas, mas temos que ir ao plenário. Chamaram todo mundo para uma votação nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Derly) - Vai começar a votação?



**O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ** - Nós voltaremos em 5 minutos. Pode ser? Senão, perdemos salário, que já é pequeno.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Derly) - O nosso líder, o Lindberg, é quem pode nos responder. Retomamos em 5 minutos?

**O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ** - Em 5 minutos. Nós vamos lá e voltamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Derly) - Então, as perguntas estão anotadas.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Derly) - A votação é nominal?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Derly) - O.k., vamos concluir por aqui. Havia mais algumas perguntas, mas eu acho que já...

**O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ** - Nós poderíamos fazer as colocações e, depois, ficarmos liberados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Derly) - Pode ser. Os Deputados vão fazer as perguntas. Os senhores podem anotá-las. Se precisarem de caneta e papel, podemos providenciar.

O primeiro inscrito...

**O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ** - Sr. Presidente, V.Exa. poderia explicar o que está acontecendo no plenário, para eles terem noção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Derly) - É verdade, é importante explicar. Neste momento, está havendo sessão da Câmara dos Deputados. Então, a qualquer momento podemos ser chamados para votar. Se possível, vamos tentar dividir os Deputados. Uns vão lá e votam. Já fizemos isso em outras audiências. Nós vamos nos revezando na votação, para mantermos o quórum e prestigiar os nossos convidados.

O primeiro inscrito é o Deputado Andres Sanchez.

**O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ** - Primeiro, quero parabenizar o Marcos e agradecer a presença dele. Ele é um grande amigo de muito tempo. Muito prazer em conhecê-lo, doutor. Eu já tinha ouvido falar do senhor. Fiquei muito



contente ao saber que no Judiciário temos uma pessoa que pensa com a cabeça um pouco mais aberta sobre a discriminação que existe com os torcedores de futebol.

Eu e o André somos companheiros em tudo. Eu sou oriundo de torcida organizada, sou fundador de torcida organizada e entendo que, se as leis que querem impor ao futebol fossem impostas ao País, nós seríamos um país de Primeiro Mundo.

Em São Paulo, houve mais de 30 chacinas este ano. Só se fala, infelizmente, na do Pavilhão 9. Realmente, foi uma catástrofe, mas qualquer chacina é uma catástrofe. Todos os dias ficam falando, falando, falando, indagando se foi bandido, se foi traficante. E, no mesmo dia, houve duas chacinas em São Paulo. Em uma morreram dez pessoas; na outra, nove pessoas. Mas disso ninguém fala nada. Diariamente, morrem em São Paulo milhares de pessoas por assalto, por atropelamento, em acidentes de carro, de moto, e ninguém fala nada. Isso virou rotina.

Infelizmente, a imprensa esportiva brasileira tem 30 programas por dia e não tem assunto para tudo isso. E ficam falando apenas de futebol, de futebol. Aí vem o promotor público — desculpe-me, doutor — que depois quer virar Deputado ou Senador. Depois, o promotor público quer tudo; ele se mete na questão da bebida, da comida, do banheiro, da grama, do pássaro que está na grama, do torcedor. E isso é muito difícil.

Não tenho pergunta para fazer. Quero dar os parabéns aos senhores e dizer que muitos problemas são causados no entorno do estádio. Trata-se de uma várzea, de uma vergonha para nós brasileiros. Não há condições de recebermos em estádios 10 mil, 15 mil, 20 mil, 30 mil pessoas, pois não há restaurante, lanchonete, nada.

Queria saber sobre essas 250 mortes, porque eu também não reconheço isso como sendo do futebol. Eu estou mais na linha do André. Quantas mortes aconteceram dentro do campo, dentro do estádio, nos últimos 20 anos? Alguém tem esse dado?

**O SR. MARCO AURÉLIO KLEIN** - Eu não tenho esse dado, Deputado, mas foram poucas. Dentro do campo, foram muito poucas.



**O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ** - Muito poucas. Eu falo porque frequento estádio e raramente vejo brigas. Então, nós temos que ver isso. Neste País, como eu disse, morre gente todo dia por mil razões, não só por causa do futebol.

O transporte público — vou dizer no caso de São Paulo — é um caos, independente de o jogo ser às 22 horas. Mesmo se for um jogo que comece às 19 horas ou às 20 horas, vai haver problema porque o torcedor não vai poder chegar a tempo por causa do trânsito, da superlotação. É difícil. Nós não temos transporte nem para ir trabalhar, imagina para assistir a um jogo, a um esporte, para nos divertirmos. Então, o transporte público é muito complicado.

Outro problema que nós temos é a hipocrisia neste País de não se poder vender bebida dentro do estádio. Aí o torcedor diz: *“Eu gosto de beber”*. Infelizmente, eu bebo. Bebo pouco, mas bebo. E aí ficam 4 mil, 5 mil pessoas fora do estádio tomando bebida vendida clandestinamente, sem segurança; consumindo comida que ninguém sabe de onde veio, sem procedência. Também se bebe uísque e pinga sem procedência. E o cara fica lá. Quando faltam 10 minutos para os jogadores entrarem em campo, todo mundo quer entrar ao mesmo tempo. E aí, realmente, acontecem aqueles problemas que todo mundo já conhece.

**O SR. MARCO AURÉLIO KLEIN** - Posso comentar essa da bebida, particularmente, que é bem oportuna.

**O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ** - Pode.

**O SR. MARCO AURÉLIO KLEIN** - No exemplo inglês, o Juiz Taylor, quando estudou o assunto, percebeu o erro de uma medida que eles haviam tomado. Eles imaginaram o seguinte: se houvesse uma briga e alguém estivesse bêbado, proibir-se-ia a bebida. Mas se percebeu que o problema não era a bebida; o problema era o bêbado.

**O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ** - Posso fazer um aparte?

**O SR. MARCO AURÉLIO KLEIN** - Claro.

**O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ** - Sou frequentador de estádios. Não se bebe, mas se cheira cocaína e fuma-se maconha à vontade. E a polícia vê isso tudo e não faz nada. Essa é a hipocrisia que vivemos neste País.



**O SR. MARCO AURÉLIO KLEIN** - Mas era a mesma coisa, Deputado. Eles pediram então para liberar.

No tal relatório, liberaram a bebida, porque a questão não era bebida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Derly) - Dr. Klein — desculpe, Deputado —, peço que V.Sa. aguarde as perguntas, até para que os outros Deputados possam também fazer outras perguntas e possamos respondê-las ao final.

**O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ** - Outro problema é que hoje há arenas novas, cada uma com sua peculiaridade, mas a maioria dos estádios no Brasil são antigos, a exemplo do Morumbi, do Pacaembu, do Moisés Lucarelli, da Vila Belmiro. Você não pode levar a esposa ao estádio, porque não há um banheiro decente. Tudo isso gera violência. Tudo isso é um problema para o torcedor. Tudo isso afugenta o torcedor do estádio.

Sobre a polícia, doutor — o senhor que é do meio Judiciário —, vou falar de São Paulo. Lá um policial do 2º Batalhão de Choque — e não estou aqui defendendo ou criticando eles —, um soldado que ganha lá seus 1.200 reais, que é opção da profissão dele, às 10 horas da manhã tem de se apresentar ao batalhão no domingo. Ao meio-dia ele sobe no ônibus e vai para o estádio. Chegando lá, alguns clubes dão lanche, alguns clubes não dão nada, outros dão almoço. Mas ele fica lá até as 16 horas, que é quando abre o estádio, esperando o torcedor chegar. Eles abrem 1 hora e meia ou 2 horas antes. Abrem a hora que quiserem. O senhor imagine o que ocorrerá quando um torcedor olhar meio torto para ele... E esse soldado, às vezes, é são-paulino, corintiano, palmeirense, e o torcedor é santista. Como o senhor disse, é uma das maiores paixões deste País, e isso tudo influencia na hora do atrito. Então, isso é muito complicado.

Eu sou a favor de haver patrulhas policiais no estádio, duas ou três, formadas por dez policiais, além da segurança particular. Houve uma ocorrência, aquela patrulha vai lá e resolve o problema.

Uma coisa que o senhor falou e que me chamou a atenção é sobre o ânimo de se prender os torcedores. Eu acho que vai ser o contrário. Vai haver alguém que vai criar uma lei, principalmente vindo do Ministério Público, estabelecendo que os presídios sejam os estádios de futebol. Quando não houver jogo, vai ficar todo



mundo preso. Vai ter jogo, eles são soltos. Aí, acabou o jogo, eles voltam. E digo isso porque há uma discriminação muito grande com o torcedor e com o futebol.

Agora vou contra o André um pouquinho e falar sobre os ingressos caros. Estádios e torcedor há de todos os níveis e classes, até milionários. Talvez seja o único esporte em que todas as classes sociais deste País vão lá e falam palavrão, brincam, jogam, torcem, choram e riem. Então, o estádio tem de ser fatiado: uma parte tem de ser barata; outra, média; outra cara e outra caríssima. No estádio do Corinthians hoje — e muitos me cobram isso, a torcida me cobra isso — há ingressos de 500 reais. *“Você vai comprar?” “Não”. “Então, não reclama. Tem alguém que compra”. “Mas metade está vazia”. “Deixa vazia”.* E há ingressos a 30 reais para o torcedor corintiano. Então, temos de parar com essas coisas, porque, senão, alimentaremos a imprensa que já é tão contra o futebol.

Outra coisa que quero perguntar ao senhor, que é do Judiciário — eu não estudei; infelizmente, não fiz curso universitário; mas minha família, meus filhos, primos, fizeram curso universitário —, é sobre o trote. Quantas pessoas morreram em trotes nas universidades nos últimos 20 anos? Mas nunca ninguém falou em fechar uma faculdade. A FAAP e a USP lá em São Paulo — e, às vezes, também o Mackenzie — vão à Praça Charles Miller e lá brigam. É combinado isso. Mas ninguém fala em fechar essa ou aquela faculdade.

Então, existe um preconceito. O País já é preconceituoso por natureza, mas existe um preconceito contra o futebol, que é desumano. O torcedor organizado ou não organizado sofre a mesma coisa, só que toda hora se houve falar do desorganizado. E por que isso, doutor? Não é porque são contra eles, é porque dá mídia. Falar do torcedor comum não dá mídia. Agora, falar da torcida organizada dá mídia. O André não falou, mas as torcidas organizadas — todas, tenho certeza disso — fazem muitas obras sociais, ajudam muita gente.

Também sou a favor de se dizer que, na torcida organizada, há ladrão, assassino, bandido, traficante, prostituta, homossexual, japonês, branco, negro. Enfim, há de tudo. É o reflexo da sociedade.

Em São Paulo, tanto o Judiciário, com o Juizado Especial Criminal — JECRIM, quanto a Dra. Margareth sabem quem são os bandidos nas torcidas organizadas. Eu sei quem são. Ela também sabe. É só ir lá e pegá-los, mas não vão.



Eles querem que o Presidente vá lá, fale isso e faça aquilo e chamam a imprensa para ficar do lado de fora. Então, nós temos de acabar com isso.

Fico contente de ver aqui o senhor, do Judiciário; Marco, que eu já conhecia; e André, que cresceu muito como torcedor e está entendendo que o torcedor tem que, realmente, se organizar, não só para discutir suas causas, mas o futebol como um todo.

Eu acho que nós temos uma solução para o futebol, porque eu, como dirigente de futebol, estou desanimado, muito triste. Se o torcedor dá um soco em alguém no estádio, eles trancam o estádio, e eu perco dois mandos de jogo. Se o indivíduo faz não sei o quê, querem prender o dirigente. Daqui a pouco não haverá mais dirigente nos clubes.

Então, é uma coisa muito difícil, muito triste, e espero que o senhor consiga passar isso. Sei que Marco está nessa luta há muito tempo. Do senhor eu já tinha ouvido falar, e André, que começou há uns anos, está crescendo.

Precisamos mostrar para o torcedor, para o público e para a mídia, principalmente, que não é como eles falam.

Obrigado, desculpe-me e parabéns.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Derly) - Obrigado, Deputado Andres Sanchez.

Passo a palavra ao Deputado Goulart.

**O SR. DEPUTADO GOULART** - Boa tarde a todos.

É muito bom falar depois do Deputado Andres Sanchez, porque não é preciso dizer mais nada. Nós somos frutos da mesma linhagem, da mesma torcida.

Todos os senhores sabem da minha militância nos Gaviões da Fiel, no Corinthians e nas torcidas. Criamos, há muito tempo, a associação das torcidas organizadas, que vem desde Flávio La Selva. Mas, infelizmente, as coisas acabaram não acontecendo como queríamos.

Gostei muito das falas do Dr. Marco, do Dr. Ailton e de André. Se houve algum episódio em que tem de punir alguém, a Polícia deveria ser condenada.

Nós tivemos, em 1995, um jogo entre São Paulo e Palmeiras, no Pacaembu, e, à tarde, teríamos Corinthians e Santos, as quatro maiores torcidas em um estádio em reforma, cheio de armas. Antes do jogo, a televisão transmitia, havia poucos



policiais no estádio, e as armas ali. Infelizmente, naquela época, nós assistimos a duas finais em Ribeiro Preto onde eles meteram gente para dentro do estádio. Queriam provocar uma catástrofe, para poder acabar com a torcida. Eu fiquei horrorizado em Ribeirão Preto, nos dois jogos. *“Meu amigo, vai acontecer algo, para acabarmos com a torcida.”* E aconteceu, lá no jogo do São Paulo com o Palmeiras.

Estávamos presentes àquele episódio que o senhor relatou do Pacaembu. Um amigo nosso, o Joca, estava na parte de cima com a filha dele. Como o pessoal não iria descer, ele levou um tiro de borracha no olho e ficou cego. A Polícia vai ser penalizada?

Não vou mais de ônibus, com as caravanas, mas já fui muito. Outro dia, em Porto Alegre, em uma disputa contra o Grêmio, saímos do hotel e fomos atrás do ônibus da delegação. Estava chovendo. Fomos colocados num corredor polonês, e a Polícia tinha uns pedaços de pau. Estava conosco aquele senhor que foi também para o Equador e que tinha diabetes, metade do pé já amputado, o Sr. Isaque. Como vários outros, eu e meus filhos levamos pancada da Polícia. Todos nós, pessoas que saíram do hotel em ônibus fretado. Não importa se eu estava lá junto com a minha torcida, que é a Gaviões da Fiel, devíamos ser tratados com dignidade.

No Estado de Goiás e em Pernambuco, o que a Polícia faz com a gente é uma piada. Em São Paulo, nós temos saudade do Coronel Faroro e do Coronel Rezende. Depois deles, são os aprendizes de feiticeiro que comandam o 2º Batalhão de Choque, pessoas que precisam aprender muito, mas que não têm a humildade de procurar ouvir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Derly) - Deputado, só 1 segundo.

Peço ao Deputado Andres Sanchez que assuma a Presidência dos trabalhos, pois tenho que atender a uma ligação.

**O SR. DEPUTADO GOULART** - Eu apresentei um projeto aqui que diz respeito exatamente ao que o senhor falou. Ele altera um pouco o Estatuto do Torcedor. Tem que ser punido o indivíduo, e a instituição é intocável.

Como se faz para acabar com a Gaviões da Fiel, com a Independente ou com qualquer outra torcida? Só se juntarem todo o mundo e matarem todo o mundo. Elas não vão acabar nunca. Eu sou padrinho de casamento e de batismo de pessoas que fazem parte da minha vida, da minha família. E vamos militar sempre juntos.



Temos nossas divergências. Também discordo frontalmente desses dados que falam da quantidade de mortes. Acho que não podem nem ser usados.

O Deputado Andres Sanchez também falou há pouco. Um dia antes daquela chacina que houve lá na sede da Pavilhão Nove, no meu bairro, na Vila Roschel, em Parelheiros, foram mortas seis pessoas. Um policial militar havia sido morto naquela região havia uns 2 ou 3 dias. Se fosse um torcedor organizado, eu tenho certeza de que um promotor já teria aberto a geladeira para dar um monte de entrevistas e diria que foi a torcida da Gaviões ou da Jovem que teria ido lá. O promotor, de repente, quer ser Deputado. Essa é a realidade. Eu gostaria até que estivesse aqui o promotor de São Paulo, para poder falar isso a ele. Não tenho nada contra a pessoa dele, mas, infelizmente, tivemos casos assim no passado. Minha instituição ficou, inclusive, proibida de usar a camisa por algum tempo. Isso não adiantou nada. O pessoal continuou indo ao estádio, e nós também.

Acho que temos que ver outras questões, como a violência. Por exemplo, nós saíamos do estádio anos atrás, íamos à Praça Charles Miller ou mesmo ao Morumbi, a qualquer estádio, e havia as barraquinhas. Eu tinha conta na barraquinha, o Deputado Andres Sanchez certamente também tinha conta na barraquinha. Comia-se lá um sanduíche de pernil, de linguiça, tomava-se uma cerveja e pagava-se no fim do mês.

Eu apresentei um projeto aqui para a volta a venda de cerveja nos estádios. É tão bom beber com os amigos. Hoje é proibido. Por quê? Quem interfere para proibir? É a polícia.

Nós fizemos uma lei em São Paulo, eu sou um dos autores, sobre a comida de rua. Eu dei entrada a um projeto, junto com Andrea Matarazzo, exatamente para voltarem também com a venda de bebida na entrada e na saída dos estádios. É até uma questão cultural. Encontrávamos muitas pessoas que não víamos há 15, 20 anos nas barraquinhas. Infelizmente, a barraquinha continua, mas está longe adoidado. Até eu, que estou ficando velho, subir aquelas ruas para ir à barraquinha, as pernas doem, adoidado. Tomam-se algumas para achar o carro, porque, de vez em quando, perdemos o carro.

Acho muito importante o debate. Talvez nós pudéssemos fazer um seminário, do qual o Dr. Ailton, que participou desta audiência, havia falado, para não dizer que



nada aconteceu. Poderia ser um seminário com algumas horas de debate, em um dia em que não houvesse sessão na Casa, porque nós vivemos correndo aqui de sessão para sessão, de Comissão para Comissão, para tirarmos algumas coisas.

Os projetos que apresentei são projetos que eu não quero que sejam leis de minha autoria. Todos os esportistas da Câmara quem têm sensibilidade podem vir a ser signatários, para seguirmos um caminho. Ninguém quer violência.

Não adianta falar que nossos filhos não vão ao estádio. Meus filhos vão ao estádio desde que tinham 1 ano de idade, desde que tinham 6 meses, e vão continuar indo. Quando eu não posso ir, faço questão de eles irem ao estádio, de conviverem com as pessoas. Há pessoas maravilhosas.

Sei de todos os problemas que o Deputado Andres citou, mas lá há pessoas do bem. A maioria, graças a Deus, é do bem. Há também pessoas que gostam de fazer outro tipo de atividade, e não me cabe prender essas pessoas, até porque eu não sou policial. Mas a polícia está aí para isso. Acho que tem que haver investigação.

Como o Deputado Andres lembrou, em São Paulo não há só promotores candidatos, não. Há delegados e delegadas que também são candidatos. E depois que fazem o nome em cima da torcida, acabam vindo pedir a nossa intermediação, a fim de terem o apoio da própria torcida.

Obrigado, pessoal. Desculpem-me falar com o coração, mas isso machuca muito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andres Sanchez) - O coração é mais verdadeiro.

Peço desculpas, porque, como há sessão, muitos Parlamentares tiveram que sair.

Passo a palavra ao nobre Deputado Afonso Hamm, para encerrarmos os trabalhos. Os outros Deputados, infelizmente, tiveram que ir para o plenário.

**O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM** - Sr. Presidente, eu queria fazer o registro de notícia que recebi com pesar sobre o falecimento do ex-técnico Valmir Louruz. Ele foi treinador de vários times de futebol, ex-jogador de futebol, nas décadas de 60 e 70, pelo Palmeiras e pelo Inter. Comandou os times do Inter, do Náutico, do Vitória, do Figueirense e também foi terceiro colocado, em 1985, pelo



Brasil de Pelotas, no período em que eu estive lá. Queríamos fazer este registro e lamentar essa perda.

Também quero falar da importância de todos que fazem parte e constroem essa história bonita do futebol, aqueles que estão dentro do campo, às vezes como treinador, mas, fundamentalmente, quem tem o papel de organizar, de potencializar cada vez mais esse espetáculo. A partida de futebol é um espetáculo: há a preparação para o jogo; todos aqueles dias que antecedem ao jogo; as horas anteriores ao jogo; o entorno do estádio; o estádio em si; os envolvidos que estão dentro de campo e os envolvidos da torcida, as pessoas que fazem o espetáculo. Ninguém quer estádios vazios. Eu acho isso importante.

Eu não consegui acompanhar toda a sua fala, Secretário, mas é importante nós buscarmos isso.

Há algumas preocupações com segurança? Sim. Desmistificar: é importante. Providências: nas instâncias que forem necessárias. Há o Estatuto do Torcedor? Sim. Ele é perfeito? Não é, mas tem avanços importantes. Responsabilização de torcidas: acho que está cada vez maior, do ponto de vista não só do chefe de uma torcida organizada, mas da organização de uma torcida, quando credencia seus associados, quando os identifica, quando os responsabiliza. Isso é importante. E há o torcedor que está fora da torcida organizada e que às vezes não tem uma conduta adequada. Muitas vezes ocorre isso.

O que acontece? Foi falado aqui, e é verdadeiro, que nós temos outros aspectos em relação à formação, à educação, à cultura. Durante muito tempo, no futebol, as pessoas iam aos estádios para extravasar, iam para falar da mãe do juiz, iam para realizar ações agressivas. Alguns expressavam suas verdadeiras opiniões e preconceitos, até raciais. Hoje a sociedade precisa evoluir. A sociedade precisa evoluir dentro de um estádio de futebol, dentro de uma quadra esportiva, nas ruas, nos ambientes, nas escolas. Na verdade, é algo realmente importante do ponto de vista da complexidade que possui. Há ação jurídica. Muitas vezes, o que acaba, de uma maneira geral, desvirtuando a sociedade é não haver uma penalização do ponto de vista de responsabilizar quem, verdadeiramente, nós temos que responsabilizar.



É um tema abrangente a violência no futebol, a da torcida, a que ocorre no entorno dos estádios. Realmente, isso está muito estigmatizado. Mas aqui haverá profundidade, colaboração dos nossos palestrantes, desdobramento de alguma ação legislativa efetiva. Não se trata da lei que não pega, mas da lei aplicável, das ações aplicáveis, da responsabilização.

Eu acho que nós temos aí um grande desafio que é a organização. O reflexo disso se dá exatamente por uma necessidade organizacional ampla do futebol brasileiro.

Nesse sentido, nós criamos, bem recentemente, uma Subcomissão para discutir o futebol, com três temas importantes, com três relatorias: uma parte legislativa; outra ligada a esse tema que estamos debatendo; e a terceira na área da formação, da categoria de base, do menino, da inclusão social, do quanto o esporte é importante. Quando participa de uma torcida, também há a inclusão do jovem, em uma visão associada de participar de um grande espetáculo, sem violência. Isso é um desafio. Agora, se ele não tem essa cultura na sua formação familiar, na sua formação escolar, no seu ambiente, vai querer fazer diferente?

Isso é desafiador, mas o futebol é uma vitrine. O espetáculo, os dias dos jogos, as atenções da mídia, tudo isso é efetivo. Agora, com as câmeras, há também a identificação, a responsabilização.

Então, eu acredito que nós estamos evoluindo bastante. Talvez, com as forças de segurança, nós devemos providenciar o reforço do aparato de segurança nos estádios e em torno deles. Hoje, a maior violência está fora do estádio. E aí há todo um contexto. Não vamos, por meio de redundância, fazer afirmações.

Mas eu queria dizer que esta discussão precisa de aprofundamento, precisa do conhecimento de experiências. Nós entendemos que o futebol é a identidade do brasileiro, mesmo com a dificuldade da Copa do Mundo, a derrota de 7 a 1. É nas adversidades que nós crescemos, com a organização do futebol como um todo. Agora, nós precisamos dos estádios. Mas com esse índice de 35% de ocupação no espetáculo?

Eu tenho aqui a proposta do ingresso popular, já desenvolvi um projeto. Com boas ideias, nós vamos melhorar. Eu acho que tem de haver esse ambiente, para que possamos ter toda a estratificação do torcedor dentro do seu espaço.



Não vou me estender, mas queria cumprimentar também o Deputado João Derly pela iniciativa. Ele também foi o proponente desta audiência. Cumprimento, fundamentalmente, os nossos expositores.

Nós ainda vamos ter outras instâncias, através desta Subcomissão Especial, que ontem recebeu a visita do Presidente da Confederação Brasileira de Futebol. Nós temos que trabalhar na parte organizacional do futebol, por meio do calendário. Há a parte também que se refere à questão dos clubes, à questão das federações, à questão da sobreposição de calendários e de tudo isso que se propõem.

Nós termos condição de realizar grandes espetáculos, com torcida, com ordem, com respeito e com segurança. Eu acho que este é o aspecto.

Em linhas gerais, seriam estas as nossas contribuições.

Gostaria de cumprimentar a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andres Sanchez) - Obrigado.

Vamos passar a palavra a cada um dos expositores, para fecharem suas falas, rapidamente.

Quero dizer que estou apresentando um projeto, no mesmo caminho desse do Deputado, para se cobrar meia pizza e meio churrasco ao menor de idade e ao idoso acima de 65 anos. Por exemplo, o meu pai, com 72 anos, vai à churrascaria e diz: *“Quanto é o churrasco?” “Quarenta reais.” “Eu pago 20, porque tenho mais de 70 anos.” “Quanto é a pizza?” “Cinquenta reais.” “Eu pago 25, porque tenho menos de 7 anos, de 10 anos.”* Acho que isso vai pegar bem, essa lei vai ficar boa.

**O SR. MARCO AURELIO KLEIN** - Agradeço pela oportunidade.

Eu quero só aproveitar esses 2 minutos para responder a duas perguntas que o Deputado João Derly deixou. Uma era a iniciativa, no Rio Grande do Sul, da torcida mista. Eu acho que tudo aquilo que contribuir para levar as pessoas ao estádio, a família, o torcedor com a namorada, a torcedora com o namorado, o filho, é espetacular.

Com relação à questão da torcida única, eu tenho só uma palavra para essa ideia: absurda! É o fim. Trata-se de uma coisa absolutamente inaceitável. A pergunta que eu sempre faço a quem tem essa proposta é: se houver uma briga, por acaso, numa torcida única, teremos um jogo com meia torcida, um quarto de torcida, um terço de torcida? Isso é absolutamente inaceitável.



Muito obrigado.

**O SR. AILTON ALFREDO DE SOUZA** - Levantou-se a questão da impunidade. Eu acho que é um tema muito presente na sociedade como um todo essa questão da impunidade. Quase sempre recai nos ombros de quem atua no Judiciário a questão da impunidade.

Punir, em qualquer Estado Democrático de Direito, é uma coisa muito complexa. Depende de provas, denúncias, processos, etc. Mais grave, e me parece que está aí a grande frustração, é a expectativa de punição. Quando se fala em punição, sempre se pensa em prisão, como se a pena de prisão fosse a resolução, a solução de todos os problemas sociais.

Então, se existe alguém que se desvirtua do padrão axiológico da sociedade, ou seja, os valores da sociedade foram quebrados, está lá no Código Penal, deve-se prender. Está provado que nós, que já somos a terceira ou a quarta população carcerária do planeta, não resolvemos os problemas básicos de segurança. Parece-me que essa questão da prisão, por si só, não é a grande chamada.

Perguntou-se se sentimos diminuir a violência no Estado. Começamos esse projeto em 22 de maio de 2006. No início, havia muita empolgação, muita articulação com o então comandante, com o então delegado, com o então defensor, com o então promotor. Outro problema é que, ao tirar as pessoas, parece que acaba a ideia, acaba o projeto.

Nós caminhamos, por 2, 3 anos, nessa articulação. Tínhamos reuniões semanais com as torcidas, com as lideranças de torcidas. Articulava-se tudo o que acontecia de segurança, inclusive na frente dos representantes das torcidas. Então, tínhamos uma articulação do evento, uma programação do evento em que se planejava o que ia acontecer no dia. Só que esse programa balança em uma gangorra que sobe e desce em termos de articulação. Quando se perde isso, a violência aumenta; quando estamos bem articulados, diminuem os atos de violência.

No momento em que falamos de violência de gênero, temos que ver que aquele que praticou a infração de menor potencial ofensivo vai receber uma pena alternativa, não vai ser preso. Eu estava conversando com um policial, e converso com todo o mundo, o soldado chegou para mim e disse: *“Doutor, não adianta prender; estamos enxugando gelo. O senhor está aí. Vá para casa, porque se*



*prende, e amanhã ele está solto”. Eu disse: “Quem disse que era para haver prisão perpétua? E quem foi que disse que era para responder com prisão, se ele cometeu um crime de menor potencial ofensivo?”*

Agora, vejam o que acontece como reflexo disso? Eu já estou concluindo. Havia um programa de pena alternativa em que cerca de 300, por jogo, eram pegos praticando algum tipo de delito. No início, havia muita coisa. Os meninos recebiam a pena alternativa, como eu disse, de prestar serviço ou de assistir a aulas pedagógicas no juizado, num programa desses, que não era eu, obviamente, quem as dava. Havia pedagogos, assistentes sociais, um monte de gente das universidades que participava desse programa.

Pois bem: a polícia deixou de apreender esses casos, quando os meninos praticavam alguma coisa. Preferiram espancar, jogar *spray* de pimenta, porque dava menos trabalho do que fazer o protocolo do **Termo Circunstanciado de Ocorrência** — TCO e de levar o garoto para o juizado. É isso que nós experimentamos. Houve o esvaziamento da unidade do juizado, das articulações que nós tínhamos. Chegamos a ter programa com o SENAI e com o SENAC para cursos de profissionalização, que ocorreram com várias turmas, mas depois pararam pela seguinte questão: *“Esse pessoal tem que estar preso”*.

Esse preconceito existe. É um trabalho enorme convencer do contrário. Quem tem que ir para a prisão é aquele que o Código Penal diz que deve ir. Vale salientar que, hoje, nem todos aqueles crimes de maior potencial ofensivo admitem a prisão. A prisão, no sistema processual penal brasileiro, é a exceção da exceção. Hoje, há prisão domiciliar, uma série de medidas que a Câmara sabiamente aprovou, para evitar a prisão, porque sabemos como é inviável o sistema carcerário.

Então, este é um debate que se vai fazer aqui por anos e anos. Mas uma coisa é certa: não se acaba nem se controla esse problema da violência com bravata, com protagonismo. É com um trabalho permanente, de olhar caso a caso, de chegar junto e de tratar, inclusive, dessas crianças de 5 anos, de 12 anos, de 13 anos que estão no meio da torcida. São famílias inteiras. Meus filhos, Deputado, sempre vão aos jogos, desde pequeninhos. Eu tenho três rapazes, e todos três vão ao Estádio do Arruda torcer pelo Santa Cruz. Imaginem o quanto eles sofrem. Passamos um bocado de tempo sem divisão alguma, e, nem por isso, nós nos



espantamos com a violência. Violência existe na cidade como um todo. Minha esposa foi assaltada duas vezes no percurso da Agamenon Magalhães.

Quero agradecer pela oportunidade de debatermos o tema; pela oportunidade de conhecer Marco, que eu conhecia pelo nome, já ouvira falar do trabalho dele; pela oportunidade de conhecer André também.

Fico à disposição para, depois, trocar ideias. Espero que este espaço aumente, para podermos discutir esses temas.

**O SR. ANDRÉ SILVA AZEVEDO** - Quero aproveitar o gancho para ressaltar dois pontos, um deles mencionado pelo Deputado João Derly, da torcida mista. Eu sou favorável, dentro de uma porcentagem, dentro de um limite. Essa também é uma discussão que precisamos realizar muito. A torcida mista inibe aquela sensação de se expressar para o seu clube. Tem-se que ter o setor misto, mas o segmentado também, para cada torcida.

Se formos abranger um pouco mais o olhar, veremos que se costuma usar muito a Europa como exemplo. E, lá, com um nível de educação maior que o nosso, não existe o setor misto. Cada torcida tem o seu espaço. Na Inglaterra, tem o seu espaço; na Alemanha, tem o seu espaço. Então, aqui, também, dentro de um limite, de uma porcentagem, não há problema. Mas algo que chegue a ser uma coisa para todo o estádio, não é muito bom para se vender. Pode-se até perguntar aos jogadores de futebol. Vai-se perder um pouco aquela referência dos cânticos, aquelas coisas que incentivam dentro de campo.

Em relação a alguns pontos abordados, principalmente a polícia, o jornalista Juca Kfourri, num programa na ESPN, fez uma menção, e eu a uso em várias oportunidades, porque a considero primordial. Ele foi muito pertinente quando disse: *“Quem é tratado como gado age como gado”*. E é mais ou menos dessa forma que acontece nos estádios hoje no Brasil. Eu vi um pouco de algumas imagens, agora, de Recife, num jogo entre Sport e Santa Cruz, de o policial batendo na cara do rapaz, comprando água e tudo. Aquilo ali já leva o torcedor, organizado ou não, a criar um problema muito maior do que os que já existem. Esta é só uma menção a esses dois pontos.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Derly) - Os expositores fizeram suas considerações finais. Infelizmente, perdi as respostas. Mas temos as notas taquigráficas, e as veremos depois.

Agradeço muito aos nossos convidados. Peço desculpas, porque não puderam permanecer todos os Deputados, mas, como eu disse, está havendo sessão plenária, o que compromete um pouco a permanência dos Parlamentares. Mas eu creio que foi um debate muito enriquecedor para nós, principalmente para mim.

Eu gostaria de fazer um convite, de, oportunamente, no futuro, estender o debate ao Rio Grande do Sul. Eu acho que seria enriquecedor para nós fazer novamente esse debate. Assim que possível, estarei convidando os senhores para discutirmos o tema. Talvez tenhamos até que mudar um pouco a nomenclatura, porque há uma pressão aqui de André. *(Riso.)*

Enfim, temos que trabalhar, lutar para, de fato, voltarmos àqueles tempos atrás. Eu lembro que, nos Grenais, podíamos caminhar pelas ruas. Iam colorados e gremistas andando pelas ruas, em direção ao estádio, 60% de torcida local e 40% da torcida adversária. Isso era muito bonito de se ver. Eu acho que a torcida mista é possível, sim, de se fazer. Tem sido muito interessante o que ocorre no nosso Estado. Então, fico contente de saber da opinião dos senhores, que se somam a tantos outros lá no Rio Grande do Sul.

Antes de finalizar os trabalhos, quero agradecer a todos pela presença.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, convocando os Srs. Parlamentares para a reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que trará esclarecimentos sobre os preparativos dos Jogos Paraolímpicos Rio 2016, a ser realizada no dia 6 de maio, às 14h30min, no Plenário 7.

Está encerrada a audiência pública.

Muito obrigado.